



Reorganização espacial, os cuidados com as crianças e (re)existir através das brincadeiras

Francisca Raquel de Oliveira Temoteo¹

Jacqueline Britto Pólvora²

Resumo

Este trabalho é uma continuação da pesquisa sobre a dinâmica infantojuvenil, que havia partido da curiosidade desta pesquisadora a partir do trabalho de extensão realizado na comunidade da Estrada Velha/Acarape-CE. Sendo apontado agora as implicações da duplicação da pista entre Pacatuba e Redenção, a qual atravessa a comunidade, e pensando, a partir desta nova estrada, como os processos de mudança no espaço físico podem interferir na circulação e cuidados com o público infanto-juvenil, as brincadeiras e atividades, e quais as implicações para a mobilidade dos moradores de uma forma geral. Além de apontar a forma que estes sujeitos foram informados sobre as mudanças e como foram tratados durante o processo da implementação da CE - 060.

Palavras-chave: comunidade, CE – 060, brincadeiras, infâncias, (re) existir

1. Conhecendo o território da Estrada Velha em Acarape no Ceará

A comunidade se localiza na Cidade de Acarape, atrás do Prédio Unidade Acadêmica dos Palmares (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)-CE). Adentrando a comunidade, notei que não há presença de saneamento básico e nem coleta de lixo, pois há um acúmulo de embalagens plásticas, fraldas rasgadas e papel nas crateras em meio à água suja que está presente na frente das casas iniciais. A comunidade é constituída de apenas uma rua reta, um pouco íngreme, sem asfalto, com pedrinhas soltas e um mato crescendo aos poucos no chão batido e úmido. Algumas casas eram feitas de taipa e outras de alvenaria.

Algumas dessas casas logo na chegada são mais simples, e à medida em que se entra na comunidade, as casas vão parecendo serem mais estruturadas com tijolos, pinturas e cercas. Há

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: rakelwho@gmail.com.

² Docente do Instituto de Humanidades – IH na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: Jacqueline.polvora@unilab.edu.br.

lixo jogado na rua, um campo de futebol improvisado mais a frente e algumas pichações nos muros anunciando a presença de uma organização criminosa na região, demonstrando uma linguagem simbólica violenta, e possivelmente, um sentimento de segurança pelos moradores: “é proibido entrar de capacete”, anuncia a pichação no muro.

O primeiro sentimento que tive ao ver o território foi de “choque”, já que ele é bem diferente do que encontramos no restante da cidade de Acarape. De acordo com Wagner (2010:34), esse sentimento é conhecido pelos antropólogos como “[...]”choque cultural”. Nele, a “cultura” local se manifesta ao antropólogo primeiramente por meio de sua própria inadequação; contra o pano de fundo de seu novo ambiente, foi ele que se tornou “visível” [...], pois mesmo sendo um local relativamente próximo da universidade, não imaginei que a disparidade estrutural (rua, casas) fosse tão evidente.

Julgando pela localização, antes de ir, pensei que encontraria algo que lembrasse mais o entorno urbano de Acarape, com casas simples, porém de tijolos, ruas asfaltadas e a existência de coleta semanal de lixo. Todavia, não era essa a sensação, e nem tão pouco a visão que senti quando cheguei à comunidade. Vi o descaso com os moradores e com o local, tendo essa impressão principalmente quando se junta nessa imagem o prédio da Unilab ao fundo. Havia um distanciamento não só físico e material, mas de pertencimento, como se aquela comunidade não pertencesse a Acarape.

Conforme o antropólogo Augustin Barna (2019), vários autores, principalmente da área de antropologia, estão interessados em analisar práticas sociais associadas à criação e utilizaram a categoria “circulação” das mesmas entre diversas famílias. A comunidade da Estrada Velha é um território marcado por apenas um único documento de propriedade de terra. Ou seja, as famílias que atualmente residem na comunidade não possuem documentos que comprovem a posse legal de suas moradias, e o único documento que regulariza a comunidade se encontra em posse da família que verbalmente doou o terreno. Como uma das moradoras apontou, o terreno estaria documentado como Associação dos Moradores, pois assim, a dona ainda seria a única responsável e teria o poder de decidir sobre mudanças ou não. Atenta-se que partes do terreno que não entraram na doação também sofreram processos de ocupação. Podemos assim dizer que, a comunidade é fruto de doação, mas também de ocupação da terra, o que faz com que as famílias não possuam o registro legal de suas casas. Sobre o processo de ocupação na(s) comunidade(s), Ferreira e Martins (2019) também mostram em seu trabalho uma comunidade

de Teixeira de Freitas, na Bahia, onde também houve movimentos de ocupação semelhantes na comunidade, dizendo que

[E]ssas famílias não estão ali acampadas, não são membros de movimentos sociais reivindicando a posse da terra, muito pelo contrário, têm consciência de que podem ser retiradas do local a qualquer momento (Ferreira & Martins 2019: 4).

E como nos apontam Moura Jr., Lima e Silveira (2018), a comunidade é marginalizada pela população, de uma forma geral, da cidade de Acarape e pelos órgãos públicos, um campo de atuação da extensão universitária que sofre com o processo de estigmatização da própria população de Acarape e cidades vizinhas, a qual ficou reconhecida pelo tráfico de drogas, violência e a pobreza, sendo totalmente marginalizada e negligenciada pela própria política local. (Moura Jr., Lima & Silveira 2018: 436-437). Isso configura uma forma de abandono/esquecimento que esses moradores vêm sofrendo desde a ocupação no território. Pois quem deveria prestar os serviços, nem que fossem os mínimos, só aparece no período de eleição.

Depois de conhecer um pouco mais sobre a comunidade, percebo a importância de acompanhar o percurso das crianças, pois elas eram um dos públicos que mais se apresentavam no território, ou seja, seria preciso pensar em como estas eram cuidadas, por onde circulavam, seria preciso estar com este público. Portanto, para tratar deste aspecto da circulação, será necessário acompanhar de que modo elas experienciam o seu entorno, e assim, entender como acontece a circulação infantojuvenil na comunidade da Estrada Velha/Acarape-CE. Observar este fenômeno possibilitará uma leitura de como uma comunidade interiorana da região do Maciço de Baturité se comunica, se comporta e se há estratégias de sobrevivência perante as desigualdades sociais e os conflitos internos.

Segundo a antropóloga Cláudia Fonseca (1995), em sua pesquisa sobre a circulação de crianças em cidades pobres da região sudeste do país, propõe que as crianças que se encontram em circulação são as que passam a maior parte da infância ou juventude em casas que não são as de seus pais. Um dos aspectos a ser considerado quando pesquisamos a dinâmica social das crianças em situação de pobreza, como na Estrada Velha, como lembra Campos (1991), é que uma mesma criança que é encontrada junto à família numa determinada data pode ser encontrada numa instituição, ou ainda vivendo na rua, na casa de parentes ou de não-parentes em um momento posterior. Ou seja, um dos problemas ao se estudar a realidade das crianças é

que elas podem circular por vários locais (e/ou pessoas) ao longo de sua vida, assim, podem estar presentes no começo da pesquisa, mas não no decorrer dela.

2. Processos de construção da duplicação da CE – 060 e as implicações desta para os moradores

As informações sobre a construção desse trecho da estrada podem ser encontradas na página oficial do Governo do Estado do Ceará³. Consta nesta página que essa obra faz parte da continuidade dos serviços de melhoria da malha viária, realizados pelo estado por meio do Programa Ceará de Ponta a Ponta. A obra pretende atender ao Maciço de Baturité e aos moradores que tiverem suas casas desabilitadas.

Segundo alguns/as moradores/as, nesta comunidade em 2010, ocorreu o mesmo processo de construir uma pista, onde foi apresentada a proposta de ganharem uma casa em outra comunidade denominada Caixa D'água, que fica na cidade de Redenção, há 8,9 km de distância de onde eles moram atualmente. Outra possibilidade seria receber uma indenização no valor de cinco mil reais. Essa proposta veio em razão da construção da pista CE-085. Como a construção não foi realizada, os/as moradores/as que tinham se mudado para a comunidade Caixa D'água, venderam as casas que ganharam do Governo e retornaram para a Estrada Velha. Nesse contexto, a autora Lícia Valladares (1978) analisando o movimento de remoção e retorno dos moradores a favelas do Rio de Janeiro nos anos de 1970, demonstra que o retorno ao local de origem pode representar um ato de afeto pelo lugar onde passaram parte da vida, mas principalmente, representa a precariedade das condições econômicas que pessoas da camada mais pobre brasileira passam,

Mais uma vez, depara-se com a tendência de direta ou indiretamente, a curto ou a longo prazo, a favela representar ainda, em termos habitacionais, a possibilidade mais viável e econômica para as camadas de baixa renda da grande cidade (Valladares 1978: 81).

Essa situação é semelhante ao acontecido na comunidade da Estrada Velha, quando eles, depois de venderem as casas, poderiam ir para outro lugar na cidade ou outra cidade, mas preferiram voltar à comunidade, mostrando ser um local de pertencimento e identidade para

³ <https://www.ceara.gov.br/2020/01/27/duplicacao-do-trecho-pacatuba-redencao-da-ce-060-sera-entregue-no-primeiro-trimestre-de-2020>. Acesso em: 22 jan de 2021.

eles, onde se reconhecem no território. Reparemos também como é clássico no Brasil a questão das habitações provisórias e desapropriações de casas em favelas, pois a análise de Valladares (1978) data dos anos de 1970. Ou seja, muitas desapropriações, voluntárias e forçadas, já vêm acontecendo no Brasil há muito tempo, até antes dessa data. E essa violação de direitos implica muitas vezes no sentimento que o morador tem com o território. Segundo Leite (1990:31), “a territorialidade supõe identificação e defesa por parte do grupo: supõe a tradição histórica e cultural construída através dos tempos”. O território para os moradores/as da comunidade da Estrada Velha representa a simbologia pessoal e coletiva dos laços que criaram com os outros através dos anos e a identificação de serem parte daquele local.

Em fevereiro de 2019 começou o processo de construção desse trecho asfáltico que conecta a região metropolitana de Fortaleza ao Maciço de Baturité. Em decorrência da construção, houve a desapropriação e demolição de casas que ficavam na passagem dessa nova obra. As famílias que perderam suas casas ganharam novas como indenização, dividindo assim a comunidade entre as casas antigas, que não foram derrubadas, e as novas, que foram construídas próximas a elas, resultando na formação de duas ruas.

Na imagem abaixo, tirada do *google maps*, estão da seguinte forma: As casas circuladas na cor (azul) representam a  comunidade da Estrada Velha; as casas circuladas na cor (laranja)  representam as casas da Estrada Nova, que surgiu a partir da construção da nova pista. Este nome (Estrada Nova) foi dado pelos pesquisadores para melhor identificá-las nos relatórios. Pode-se observar também na imagem, no canto direito, o Campus da Unidade Acadêmica dos Palmares, da Unilab.



Figura 1

Fonte: <https://www.google.com/maps/search/Estr.+Velha,+Acarape++CE,+62785-000,+Brasil/@-4.2212474,-38.713871,15z/data=!3m1!4b1>. Acesso em: 19 ago de 2020.

No início do processo de desapropriação, os extensionistas do grupo da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE), grupo de ensino pesquisa e extensão da Unilab, realizaram conversas informais com os moradores tentando entender como eles/as viam essa mudança. Dado já ter ocorrido uma proposta semelhante anteriormente, como mencionado acima, algumas moradoras, em meio a risadas tímidas, diziam não acreditar nesta nova construção, e se mantinham despreocupadas. Porém ao longo do ano de 2019, já em março, houve conversas formais entre a dona do terreno e a construtora, para a efetivação do contrato. Uma das moradoras, que irei chamar aqui de G, recorda que em meados de maio/junho de 2019 alguns dos moradores que tinham suas casas na entrada da comunidade foram chamados para assinar um documento sobre a desapropriação destas, com a proposta de ganharem outras casas do lado da comunidade, portanto próximo de onde moravam. Esses moradores que aceitaram a proposta, foram para casas de parentes na cidade ou de algum amigo na própria comunidade, e esperaram as casas novas serem feitas para poderem se mudar.

A construção dessas novas casas levou menos de três meses. O terreno que foi utilizado não apresentava condições favoráveis para plantio de árvores e nem outras plantas. Como uma forma de averiguar as condições do solo naquela área, discentes do curso de Agronomia da Unilab foram até o local. Depois das análises, foi possível constatar que o terreno apresentava bastante material de construção na parte subsuperficial do solo, o que impossibilitava o desenvolvimento vegetativo sem antes haver um manejo adequado para a recuperação do solo.

Segundo relatos dos moradores que receberam as novas casas, elas apresentavam serem um pouco tortas, pequenas e se movimentavam um pouco com o vento. O que causou medo e indignação por parte deles, porém não houve nenhum movimento que demonstrasse maior revolta por parte deles.

A imagem a seguir mostra algumas das casas padronizadas que foram construídas no novo terreno, formando a Estrada Nova. Os moradores se queixavam também sobre não ter árvores no local, asfalto e iluminação pública. As casas recebem todo o calor do sol na parte do dia, deixando o ambiente quente, já a noite a parte externa fica toda no escuro. Só funcionando a energia de dentro das residências.



Figura 2 Dia de filmagens sobre as atividades socioeducativas.
Fonte: Acervo da reaPODERE, 2019.

Uma preocupação dos moradores atingidos é que a empresa responsável pela obra pediu os documentos deles/as para passaram a ter aquelas casas nos seus nomes, e segundo a moradora M, demorou quase cinco meses para que os documentos pessoais voltassem para os moradores, somente a escritura das casas não veio ainda:

disseram que nós ia ganhar indenização primeiro e depois pegar os documentos, mas depois desse dia para fazer as casas, né. Aí pegaram meus documentos para dizer que ia ser tudo nosso, só que até hoje não recebi o documento da casa, entendeu? É nosso, mas a gente fez, deu certo... deu tudo, mas até hoje a gente não recebeu os documentos. O homem desapareceu da empresa entendeu? (Moradora M, 2020).

Em meio a todo o período de construção da CE - 060, os moradores vêm demonstrando preocupações se seriam ressarcidos, se teriam suas novas casas e quais as condições delas. Esse movimento demonstra uma situação “de mãos atadas”, que como eles não teriam direito legal sobre o terreno, mesmo alguns deles morando há mais de 7 anos lá, não teriam poder para reclamar. Estariam apenas torcendo que pudessem ainda ter um teto sobre suas cabeças.

3. Reorganizando as brincadeiras e a preocupação das mulheres com as crianças

Durante o processo de construção da nova pista, observei que as crianças e jovens começaram a reorganizar os locais das brincadeiras. Primeiramente, como a pista passa na Estrada Velha, algumas das crianças utilizavam os tijolos da construção para fazerem brinquedos como casinhas, cadeiras e colocavam os tijolos no chão, entre espaços curtos, para pularem entre eles como se fossem obstáculos, para se aventurarem naquele mundo de concreto. Nesse contexto, o texto sobre as crianças beiradeiras, de Ferreira e Martins (2019), fala sobre esse (re)existir através das brincadeiras, mostrando que essas crianças da comunidade de Teixeira de Freitas/BA a beira da BR 110, fazem seus novos lugares de brincar, utilizando materiais como madeira, caixotes, e o urucum

[A]pós montar eles brincam em seu espaço escondido, seja de gangorra ou com uma rede que é balanço, seja com um buraco ao chão que seria ou será uma cisterna e vira uma brincadeira de pular dentro, ou caixotes de feira que se transforma em uma brincadeira de subir e descer, além de vários lugares para se esconderem. (Ferreira & Martins 2019: 17).

É através desse brincar, que as crianças vão experienciando cada local do território, criando sua relação de afeto com ele, conhecendo cada parte, deixando espalhados os carrinhos, as chinelas, os caixotes e pedaços de madeiras pela comunidade, demonstrando assim, a existência delas. E assim, na Estrada Velha, no decorrer dos dias, observamos mulheres, crianças e jovens fazendo caminhadas, exercícios físicos e brincadeiras de pega-pega, em meio a poeira que a obra na estrada deixava. Por causa do caminhão de construção que despejava terra, arisco (terra mais grossa), cimento e tijolos soltos, isso ainda dificultava o caminhar de um lado para o outro dos moradores. De todas as formas, esse movimento pode ser lido como uma (re)apropriação do ambiente e uma (re)organização das atividades a partir das mudanças que a obra causava. Todavia, também pode ser pensado como a falta de equipamentos e/ou espaços próprios para o lazer da comunidade.

Para compreender como se dá o processo de (re)apropriação, o antropólogo Frúgoli Jr. (1995) relaciona, em seus estudos, os sujeitos e grupos sociais com suas formas de estar e ser no espaço. Aponta que:

“[...] vários grupos sociais imprimem determinados usos do espaço público, seja para a circulação ou a ocupação cotidiana, definindo, em decorrência, alguns padrões de interação, a partir dos quais torna-se possível mapear as ruas, refletir sobre os grupos sociais que buscam se apropriar delas, os conflitos decorrentes dessas ocupações diversificadas, os destinos desses espaços públicos em sua dimensão cotidiana” (Frúgoli Jr. 1995: 35).

Sendo assim, o que as crianças – em meio as suas brincadeiras - e as mulheres estavam fazendo era apropriar-se do espaço público, trazendo seu cotidiano na forma de extensão de suas atividades para a CE 060, circulando e ocupando aquele novo espaço físico.

Durante toda a pesquisa, houveram apenas conversas com as mulheres, fato que pode ser explicado pelo motivo de que são as mulheres as mais visíveis no cotidiano da comunidade. São elas que estão na cadeira de balanço em frente suas casas, em pé na frente da porta observando o movimento de ir e vir das pessoas, em rodas de conversas com outras moradoras e no bar jogando cartas e ao mesmo tempo preparando o almoço da família. São destas mulheres que trabalhos como o de Macedo (2008), ao falar de lares chefiados por mulheres pobres, e de Fonseca (2004), analisando documentos do séc. XIX sobre famílias pobres brasileiras, discutem esse panorama de famílias extensas. Famílias com mulheres sendo as provedoras do lar, tendo triplas jornadas de trabalho para sustentar filhos, mães, netos e agregados dentro de casa. É o que ocorre dentro da comunidade, que ao mesmo tempo que preparam a refeição, também estão de olho na criança, na fofoca, no entra e sai dos moradores e se preparando ou vindo do trabalho, o que faz delas serem ótimas interlocutoras sobre a dinâmica da comunidade.

Nas conversas com as mulheres, elas demonstravam receio com o que poderia acontecer de negativo com seus filhos depois da pista concluída. Entre os medos que salientavam, estavam a velocidade dos automóveis e os abusos sexuais. Sobre o primeiro, uma moradora disse “Deus me livre do meu fi andar por aí. Já tá dentro de casa, não vai sair, não!”; e outra, “agora tô fazendo uns exercícios lá [na pista], mas não solto minha filha pra ir sozinha”. No mesmo sentido, outras mães também demonstravam a preocupação sobre as crianças serem atropeladas e o precário sistema de saúde da cidade “um é atropelado, e aí? Vamos levar pro posto, onde num presta nada pra nós?”.

Nestas conversas, estas mulheres expressavam não apenas os impactos desta nova pista nas suas vidas e nas vidas das suas crianças, mas também expressavam seus medos. As ações de “guardar” o/a filho/a dentro de casa ou não soltar a mão dele/a enquanto caminha, tem se tornado atos corriqueiros desde a construção da rodovia, fazendo estas mães tomarem decisões que podem embaraçar as brincadeiras e/ou limitar até onde elas podem ser feitas. Essa nova duplicação, se por um lado veio trazer um espaço traçado, ordenado e reorganizado para passar, entrar e sair da comunidade, também veio trazer receio de elementos conhecidos e perigosos.

A outra preocupação dessas mulheres era sobre a possibilidade de acontecerem abusos sexuais já que não se trata de algo superficial ou imaginário. Segundo a reportagem do jornal O Povo de 05 de agosto de 2019⁴, no Nordeste, o estado do Ceará é o que apresenta o maior número de locais para a exploração sexual de crianças e jovens: cerca de 180 pontos de vulnerabilidade, entre rodovias e estradas federais brasileiras. Também é possível verificar dados e locais vulneráveis em todo o Brasil através do Observatório de Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil⁵, no qual pode-se buscar dados por estados, cidades e municípios.

A preocupação destas mulheres fica ainda mais evidente quando observamos esses dados, mas principalmente, é sobre o que elas observam no seu dia a dia. A vivência delas demonstra uma visão sobre abusos sexuais que crianças e jovens pobres podem sofrer durante seu crescimento. De acordo com dados apresentados no portal de notícias G1⁶, desde o começo do ano de 2020, cerca de 418 crianças e adolescentes foram vítimas de crimes sexuais só no Estado do Ceará, esse número pode ser ainda maior, já que nem todos os casos são denunciados.

Os dois pontos que as moradoras levantaram - a velocidade dos automóveis e a violência sexual - se conectam quando estudos do Movimento de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) analisam a participação nesta violência de caminhoneiros que se utilizam de caronas para praticar o comércio sexual em bares e/ou rotas de estradas, dentre outras formas. O principal alvo desses abusos são crianças em estado de vulnerabilidade

⁴ <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/08/05/ce-tem-o-maior-n---de-pontos-de-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-done.html#:~:text=O%20Estado%20possui%20a%20maior,em%20rodovias%20e%20estradas%20federais&text=O%20Cear%C3%A1%20apresentou%20180%20pontos,maior%20registro%20da%20regi%C3%A3o%20Norde ste.> Acesso em: 23 jan de 2021.

⁵ <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/>. Acesso em: 23 jan de 2021.

⁶ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/21/registros-de-crimes-sexuais-contras-criancas-e-adolescentes-20caem-87percent-no-ceara-subnotificacao-durante-a-quarentena-preocupa.ghtml>. Acesso em: 23 jan de 2021.

socioeconômica, moradoras de rua ou não, que estão sozinhas ou não e que são aliciadas por um adulto para este fim. A psicóloga Marília Novas da Mata Machado (2006) em seu trabalho sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, pesquisou a relação entre a estrada e esses abusos em sete cidades do Vale do Jequitinhonha - MG, todas localizadas próximo à BR 116. A autora evidenciou que a estrada é o lugar da prostituição aberta, embora camuflada como carona. As crianças e os adolescentes são levados ao movimento de ir e vir de um caminhão ao outro. Isso possibilita também que os menores possam ir até outros clientes em outras cidades através dessas “caronas”.

Observando os relatos das mulheres, a pesquisa da Machado (2006) e os dados dos portais de notícia, podemos relacionar os pontos em comum, quais sejam, as estradas e a população pobre. Isso não significa de forma alguma que irá acontecer esses abusos na comunidade da Estrada Velha, porém é colocado aqui como um dos elementos explicativos para as crianças estarem reorganizando seus espaços de brincadeiras com as outras e sendo vigiados mais de perto pelas mulheres.

Um ponto que foi destacado como positivo pelas moradoras da comunidade diz respeito às oportunidades financeiras. Elas vislumbram a construção de barracas de comidas, venda de alimentos e de água, nas margens dessa nova pista. Como observam acontecer por Redenção, Acarape e Fortaleza. “seria bom levantar uma barraca ali e outra ali pra vender nossas coisa. É uma forma de ganhar algum dinheiro com esse negócio [pista] aí”. Essa é uma ótima ideia para levantar uma renda extra para elas, pois a maioria vive com programas do Governo, ou trabalhando como doméstica ou em fábricas de costura em Redenção ou Acarape. No entanto, até este ponto da pesquisa não houve a abertura de nenhum tipo de comércio pelos moradores.

3.1 Resistir e (re)existir através das brincadeiras na CE - 060

Durante as minhas idas a campo, de 2017 até início de 2020, pude observar algumas mudanças nos tipos de padrões de brincadeiras feitas pelas crianças. Essas mudanças, eu entendo, advém de uma nova ordem para circular entre as ruas. Foi observado que desde a mudança do espaço físico, os moradores começaram a circular por outro caminho, em vez de descerem a rua até a casa da vizinha G, agora cortam o caminho entre as casas, pois a casa dessa moradora está na Estrada Nova. E quando os moradores da Estrada Nova querem ir ao posto, passam pela Estrada Velha e pegam o caminho da pista até o seu destino.

Essas mudanças também afetaram as brincadeiras infantis. Como já mencionado na parte 2 deste texto, as crianças experienciavam a Estrada Velha de um ponto ao outro com suas brincadeiras e saberes sobre o território. No entanto, agora durante a construção da CE – 060 estava sendo diferente. Desde a construção da pista, o corre-corre se tornou mais curto, corriam e empinavam pipa na pista, onde não se tinha mais a sensação de subir até o ponto mais alto da comunidade, o esgoto também se tornou um obstáculo para correr livremente, estava cheio de restos de materiais de construção, pedras, embalagens de cimento e muita terra. Não tinha mais a casa amarela à direita ou a azul à esquerda, ambas no início da comunidade – os moradores destas casas se mudaram para o outro lado – e as casas se tornaram cinzas. Não era muito favorável brincar no outro lado [Estrada Nova], lá era de terra batida, muito quente, pois não tinha nenhuma árvore para fazer sombra e não havia iluminação pública durante a noite.

Como já mencionado anteriormente, os moradores se (re)apropriaram do espaço físico, através de atividades de lazer, como a senhora G e sua filha. Os moradores encaravam aquela construção como uma extensão da sua rua, o mesmo lugar só que agora com uma nova estrutura. As crianças foram o maior público que se movimentaram nessa reorganização espacial, com as brincadeiras transferidas para aquele novo ambiente, onde buscavam sentir e deixavam explorar a sua imaginação. E como nos diz Ferreira e Martins (2019),

Brincar é a forma da criança imaginar o real, de forma lúdica constrói o que vive. As ausências de brinquedos ou espaços coletivos não são impedidores de que as brincadeiras aconteçam e principalmente que essas crianças apresentem como é estar no espaço (Ferreira & Martins 2019: 18).

Esse novo sentido que as crianças davam àquela área, podemos ler como um modo de visibilizar-se e de resistir coletivamente, um modo de afirmar que elas estavam ali e ficariam ali, mesmo tirando suas casas e mudando eles de local. Estaria aí a expressão que tenta captar parcialmente o modo como as crianças apropriam-se das situações e dos espaços nas suas brincadeiras cotidianas, pois eram através delas que demonstravam ser da Estrada Velha na cidade de Acarape. Assim como nos demonstra Ferreira e Martins (2019), essas infâncias se fazem presentes no território através de suas brincadeiras, mostrando também por onde circulam,

[B]rinquedos por entre as casas e pelos quintais gritavam a existência das crianças e confirmavam o brincar intrínseco à criança que constitui a ideia de

infância, ‘a infância uma dimensão da vida humana. E o brincar uma dimensão da infância’ (Ferreira & Martins 2019: 12).

Não esqueçamos de que estas crianças e jovens que aparecem no decorrer do texto, formam uma comunidade do interior do Ceará, com índice alto de vulnerabilidade socioeconômica e tratados com preconceitos por parte da sociedade abrangente, acumulando vários tipos de exclusões, inclusive a racial, já que um dos fatores está ligado à cor da pele, uma vez que a maioria dos moradores são negros.

Considerações finais

Este texto demonstra a construção da duplicação da CE-060 e as implicações desta no espaço geográfico da comunidade da Estrada Velha, apontando a reorganização das brincadeiras e a preocupação das mulheres com as crianças. Tudo isso se cruzando com a circulação de crianças, sendo as crianças as que mais circulam pelo ambiente, demonstrando as condições das casas novas, do terreno de terra batida e a sujeira que fica depois da construção. Tendo suas brincadeiras afetadas por ela, mas também como forma de (re)existir através delas, pois a cada movimento com os materiais de construção e/ou as caminhadas na pista, seus corpos eram vistos.

Deve-se ter atenção ao que as crianças nos dizem através de palavras, gestos e ações, e principalmente, as mulheres, pois estas demonstravam as teias e redes de relações que tinham umas com as outras. E as crianças, durante esta pesquisa, recriaram os novos espaços estendendo as brincadeiras e atividades físicas para a pista, circulando também pelos novos lugares criados na comunidade, como a “Estrada Nova”. Assim, atentar-se para o que as crianças da Estrada Velha têm a dizer, silenciosamente ou não, sobre o que é estar à beira da pista, é uma forma de refletirmos sobre a circulação de crianças e como estas se percebem no território.

Referências

BARNA, Augustin. 2019. “Circulación de niños: Entre actuaciones estatales e iniciativas populares”. *Runa*, 40(2). doi: 10.34096/runa. V. 40i2.6272.

CAMPOS, M. M. M. 1991. “Infância abandonada: o piedoso disfarce do trabalho precoce”. In: J. S. Martins (coord.), *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

FERREIRA, A. da L. & MARTINS, H. T. 2019. “Infâncias Beiradeiras: como é ser criança à beira da BR-101?” *43º Encontro Anual da Anpocs. Infâncias, adolescências e juventudes – pesquisas acadêmicas e políticas públicas*. Minas Gerais.

FONSECA, C. 1995. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez.

FONSECA, C. 2004. *Olhares Antropológicos sobre a Família Contemporânea. Pesquisando a Família*. Florianópolis.

FRÚGOLI JR, H. 1995. *Espaços públicos e Interação Social*. São Paulo: Marco Zero.

HEBSTER, Jósien. 2018. “Governo do Ceará inicia obras de duplicação no trecho Pacatuba – Redenção”. In: *GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ*. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/06/14/governo-do-ceara-inicia-obras-de-duplicacao-no-trecho-%20pacatuba-redencao/>. Acesso em: 23 jan de 2021

LEITE, Ilka Boaventura. 1990. “TERRAS E TERRITÓRIOS DE NEGROS NO BRASIL”. *Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas- UFSC*, ano I, n. 2.

MACEDO, Márcia dos S. 2008. “Mulheres Chefes de Família e a Perspectiva de Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da Pobreza”. *Caderno CRH*, 21(53): 389-404.

MACHADO, M. N. M. 2006. “A fofoca, o estigma e o silêncio: Crianças e adolescentes em situação de exploração sexual”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58(2): 2-10.

MELO, E. C. 2020. “Registros de crimes sexuais contra crianças e adolescentes caem 8,7% no Ceará; subnotificação durante a quarentena preocupa”. In: *PORTAL DE NOTÍCIAS, G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/21/registros-de-crimes-sexuais-%20contra-criancas-e-adolescentes-caem-87percent-no-ceara-subnotificacao-durante-a-%20quarentena-preocupa.ghtml>. Acesso em: 23 jan de 2021.

MOURA, David. 2019. “Ceará é o estado do Nordeste com maior número de pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes”. In: *O Povo Online*. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/08/05/ce-tem-o-maior-n---de-pontos-de-%20exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes%20do%20ne.html#:~:text=O%20Estado%20possui%20a%20maior,em%20rodovias%20e%20estradas%20federais&text=O%20Cear%C3%A1%20apresentou%20180%20pontos,maior%20re%20gistro%20da%20regi%C3%A3o%20Nordeste>. Acesso em: 23 jan 2021.

“Observatório da Prevenção e Erradicação do trabalho Infantil”. In: *SmartLab*. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/>. Acesso em: 23 jan de 2020.

VALLADARES, Lícia do Prado. 1978. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Editor: Zahar Ed. Rio de Janeiro.

WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.